

Ditongos decrescentes: variação & ensino

Carlos Alexandre V. Gonçalves
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract

In this article, I examine the variable rule of semivowel ([y] and [w]) suppression in decreasing diphthongs of Brazilian Portuguese. More precisely, my purpose is to discuss the practicability of application of the variationist research into these diphthongs to Portuguese teaching, particularly literary acquisition. For this, I utilize the proposal of Mollica (1993, 1995 and in press), who establishes pedagogical strategies for the use of quantitative research in the production of didactic material.

0. PRELIMINARES

Neste artigo, tomo como objeto de investigação a regra variável de supressão das semivogais [y] e [w] nos ditongos decrescentes em português. Mais precisamente, procuro discutir a viabilidade de se aplicarem os achados de pesquisas variacionistas sobre esse tema ao ensino de língua portuguesa, especificamente na alfabetização. Para tanto, utilizo como referencial teórico-metodológico a proposta originalmente esboçada por Mollica (1993, 1995 e no prelo), que estabelece estratégias didático-pedagógicas para a utilização dos resultados de pesquisas quantitativas na confecção de material didático.

1. SOCIOLINGÜÍSTICA & ENSINO: QUERELAS

Em seus mais de trinta anos de existência, a Sociolingüística Variacionista (Labov, 1966 e 1972) vem constituindo o arcabouço teórico-metodológico de uma massa considerável de pesquisas sobre fenômenos de variação e mudança lingüísticas em vários níveis de análise. No entanto, pouca atenção tem sido dada a possíveis aplicações concretas ao ensino do vernáculo. Nesse sentido, constata-se um hiato muito grande entre a pesquisa teórica realizada nos centros acadêmicos e a prática pedagógica do professor de língua nas escolas de primeiro e segundo graus, que conta, quase exclusivamente, com a orientação das gramáticas normativas, distantes, cada vez mais, do uso lingüístico real.

No que diz respeito especificamente ao ensino de língua portuguesa em escolas de 1º e 2º graus, a prática pedagógica tem

sido marcada, no meu entender, por dois grandes equívocos. Em primeiro lugar, vem consolidando um ensino metalingüístico de tópicos de gramática referentes ao vocábulo e, com menor frequência, à frase, esperando que, com isso, auxilie o aluno a redigir textos (cf. Gonçalves, 1996:61). Em segundo lugar, insiste em transmitir ao educando sistemas completamente anacrônicos, distantes, a cada dia, da realidade lingüística tanto do professor quanto do aluno, baseados, na maior parte das vezes, em orientações gramaticais calcadas na NGB, a qual se fundamenta, exclusivamente, na linguagem literária.

A meu ver, o principal objetivo do ensino de Português nos ciclos básico e secundário é fazer com que o aluno tenha acesso à norma culta, garantindo-lhe, em contrapartida, a possibilidade de dominar diferentes estilos e registros, de acordo com a situação exigida, propiciando, assim, adequação ao contexto de uso. Dessa forma, acredito que a política norteadora do ensino de língua materna deva ser a de fazer com que o aluno aprenda a dominar diferentes modalidades de fala. Nesse sentido, somente a pesquisa sociolingüística, que analisa especificamente o fenômeno da variabilidade lingüística, pode fornecer elementos relevantes à confecção de materiais didáticos e à elaboração de programas de ensino mais adaptados à realidade lingüística vigente nos dias de hoje.

Pode-se dizer, assim, que a Sociolingüística tende a contribuir de forma decisiva para o ensino de língua vernácula em duas direções, fundamentalmente: (a) a formação do professor, no sentido de fazer com que ele assuma uma visão mais aberta e menos preconceituosa quanto às potencialidades do sistema; e (b) a confecção de material didático, em especial o reconhecimento de que determinados fatores atuam de forma mais decisiva que outros na escolha de uma ou de outra alternativa estrutural de dizer a mesma coisa (ou variante) que o sistema oferece.

Diversos artigos têm chamado atenção para possíveis contribuições pedagógicas que as análises sociolingüísticas podem oferecer (cf. por exemplo, Naro, 1983; Bortoni, 1983; Mollica, 1994; e Tarallo,

1995, entre outros). Também o GT de Sociolinguística da ANPOLL, num esforço pioneiro, optou por focar, em uma das atividades do Congresso de 1994, o binômio ora em discussão, considerando que, desde 1976, os sociovariacionistas vêm produzindo um grande volume de análises que buscam retratar nossa realidade linguístico-social.¹ No entanto, ao que tudo indica, esses trabalhos debatem e focalizam os aspectos teóricos envolvidos na relação entre Variação & Ensino, não chegando a fornecer, de fato, uma aplicação concreta e efetiva das pesquisas até então realizadas sobre a variedade brasileira da língua portuguesa.

De todos os trabalhos que vêm apontando para a necessidade de se aplicarem os resultados da pesquisa sociolinguística ao ensino, o que lança as bases de uma proposta de atuação mais decisiva é o de Mollica (1995). Tomando por base o estudo acerca do uso da vírgula entre sujeito e verbo (cf. Mollica & Quental, 1984), a autora propõe estratégias didático-pedagógicas para propiciar o emprego da forma padrão, visando, assim, a corrigir o desvio de pontuação que investiga. Tais estratégias podem ser sumarizadas nas três premissas abaixo discriminadas:

- (a) ir do mais freqüente para o menos freqüente;
- (b) ir do mais provável para o menos provável;
- (c) ir do texto para a sentença.

Nesse sentido, a proposta de Mollica defende a necessidade de se partir preferencialmente, na elaboração de exercícios, de estruturas mais comuns e que apresentem freqüência maior nos dados. Além disso, advoga a importância de se exercitarem especialmente estruturas que apresentem contextos mais favoráveis à aplicação da regra e partir, sempre que possível, de estruturas maiores para estruturas menores, no caso específico, do texto para a sentença.

Considerando-se que aos fenômenos de variação linguística podem ser dados significados sociais, uma vez que há os considerados estigmatizados, ou indicadores de classe social baixa, ao lado

de outros, não sensíveis a pressões de natureza social, há necessidade de se distinguirem dois tipos de práticas pedagógicas:

- a) uma pedagogia voltada única e exclusivamente para a fala;
- e
- b) uma pedagogia voltada para a escrita e para a fala, de acordo com o que propõe Mollica (no prelo).

Fenômenos (socio)lingüisticamente estigmatizados (como a permuta de /l/ para /r/ e a supressão de /a/ em início de palavras, por exemplo) requerem, assim, uma pedagogia voltada para a fala e, conseqüentemente, para a escrita, uma vez que, por receberem conotação social negativa, *podem desfavorecer uma mobilidade social que porventura possa vir a acontecer* (Mollica, no prelo: 2). A escola deve investir, pois, no uso da variante-padrão, tendo em vista o valor social negativo da variante-não-padrão, sem, no entanto, adotar uma postura normativa, taxativa e preconceituosa. Não se pode praticar a injustiça social, argumenta Scherre (1996:49), em nome da “boa língua”, *humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor*.

Outros fenômenos de variação lingüística, diferentemente, vão requerer uma pedagogia voltada única e exclusivamente para a escrita, visto que, na língua oral, não implicam conseqüências “drásticas” de natureza social para os falantes, pois *não estão sujeitos a estigmas sociais muito fortes* (Mollica, no prelo: 2). Exemplos de fenômenos que necessitam de uma pedagogia voltada unicamente para a escrita são o cancelamento de /r/ pós-vocálico, em posição de travamento final, e a redução de glide nos ditongos decrescentes, objeto de estudo do presente artigo. Nesses dois casos, o uso das variantes-zero não implica formas “grosseiras”, “de mau tom” ou “erradas”, visto não apresentarem qualquer significado social.

Neste artigo, frisarei que uma aplicação efetiva das pesquisas variacionistas sobre os ditongos decrescentes só faz sentido nas

primeiras séries escolares, especialmente nas primeiras etapas de alfabetização. A redução de glide nos ditongos decrescentes não se apresenta como um fenômeno sociolinguisticamente estigmatizado e, por isso, não deve ser coibida, não implicando, pois, tratamento pedagógico voltado para a fala.

Na próxima seção analiso brevemente as principais propostas fonológicas de interpretação para os ditongos, objetivando com isso refletir sobre o *status* de “entidade fonética nula” (Paiva, 1986) do *glide* eliminado em itens lexicais como ‘feira’ e ‘acabou’, por exemplo. Segue-se, na seção 3, uma apresentação e uma discussão dos resultados de cinco pesquisas realizadas no escopo da sociolinguística variacionista (Labov, 1966 e 1972) sobre a redução de *glide* nos ditongos decrescentes: as de Paiva, 1986; Vianna da Silva et alii, 1995; e Paladino Neto, 1990, na cidade do Rio de Janeiro; a de Andrade, 1986, realizada em Sergipe; e a de Assis Veado, 1983, em Belo Horizonte). Nesse sentido, objetivo mostrar os efeitos lingüísticos e extralingüísticos que se revelaram de maior relevância no controle da variação fonológica ora em pauta, tentando, com isso, esboçar possíveis caminhos a trilhar na aplicação de pesquisas variacionistas no ensino dos ditongos, de uma forma geral, e do vernáculo, mais especificamente.

2. DITONGOS: REDISCUTINDO SEU STATUS FONOLÓGICO

Nesta seção, objetivo discutir o *status* fonológico dos ditongos decrescentes em português, confrontando, para tanto, duas análises: a de Bisol (1992) e a de Gonçalves & Costa (1995 e no prelo). Esta parte do trabalho pretende explicar o fenômeno da redução de *glide* tendo por base motivações de natureza exclusivamente fonológica. Além disso, busca descrever os diversos tipos de ditongos decrescentes a se considerar numa análise multivariacional, a fim de propor, na seção 4, estratégias pedagógicas para a aplicação dos ditongos em classes de alfabetização.

Partindo da fonologia autosegmental (cf. Goldsmith, 1976 e Clements, 1991), Bisol (1989, 1992) classifica os ditongos do

português em dois tipos: verdadeiros/fonológicos e falsos/fonéticos. Ressalta que os primeiros, exemplificados por palavras como ‘reino’ e ‘fauna’, são, na estrutura subjacente, duas vogais ligadas à mesma rima, ao passo que os últimos, como em ‘peixe’ e ‘roubo’, que mais nos interessam no momento, são, na estrutura profunda, *apenas uma vogal que se bifurca em nível mais próximo à superfície, originando o ditongo alternante de uma só vogal* (p.285).

Em artigo de 1994, Bisol revisita o tema, argumentando, mais uma vez, em favor da dicotomia proposta. Desta feita, no entanto, mostra que o ditongo que surge em dados como ‘três’ e ‘vez’, entre outros, vem a ser resultante de um processo semelhante ao que ocorre diante da fricativa palatal da sílaba seguinte, como em ‘baixo’ e ‘eixo’. Nesse sentido, o *glide* se forma por espraiamento dos traços vocálicos da palatal, uma consoante complexa. Por essa razão, Bisol (1994: 133) admite que, *em se tratando de um glide derivado, o ditongo que aí aparece (...) é também um ditongo derivado*.

Gonçalves & Costa (1995), da mesma forma que Bisol (op. cit.), partem da fonologia autosssegmental, mas classificam os ditongos do português do Brasil em dois tipos básicos: (a) legítimos e (b) ilegítimos. Essa análise diverge da de Bisol unicamente no que concerne à distinção entre ditongos verdadeiros e falsos com base exclusivamente no critério da variação presença/ausência dos *glides* (cf. Bisol, 1992). Para Gonçalves & Costa (op. cit.), tanto os ditongos invariáveis (aos quais Bisol chama de verdadeiros) quanto os variáveis (denominados de falsos por Bisol) constituem ditongos rotulados de ‘legítimos’. Fundamentam essa visão com base nos seguintes argumentos:

- a) Bisol admite uma regra de inserção de glide nos chamados falsos ditongos, regra essa que deriva o ditongo na estrutura de superfície. No entanto, parece difícil formular uma regra de tal porte, uma vez que ela acarretaria pouca economia e simplicidade na descrição do problema (ditongos), haja vista o fato de os contextos em que poderia operar serem bastante diferentes (diante de fricativa palatal e nasal bilabial, entre outros). Por essa razão, haveria necessidade de se criarem várias regras para descrever o mesmo processo;

- b) para Gonçalves & Costa, parece mais consistente admitir um processo oposto nos denominados ditongos ilegítimos – o cancelamento dos *glides* [y] e [w] em contextos específicos, como fizeram as análises multivariacionais que retomarei na seção seguinte – em face de considerarem o ditongo (e não a vogal simples) o elemento subjacente em dados como ‘acabou’ e ‘peixe’, entre outros;
- c) os itens com variação entre presença e ausência de glide constituem contingente bastante pequeno, visto que somente os ditongos [ay], [aw], [ey] e [ow] alternam com vogais simples, ou seja, o universo invariável é muito maior que o variável; e, finalmente,
- d) mesmo nesses quatro casos, há muitos itens que mantêm o ditongo inalterado, como em ‘baita’ e ‘reino’, em oposição a ‘baixo’ e ‘treinar’, entre outros, o que mostra que o processo de cancelamento das semivogais é, até certo ponto, sensível ao contexto fonológico ou, mesmo, à categoria gramatical dos itens, o que justificaria uma abordagem léxico-difusionista, conforme mencionarei mais adiante.

Acredito que devam ser consideradas, pelo menos, as cinco situações de ditongos abaixo descritas. Considerem-se, assim, no Quadro 1, os conjuntos I-V, nos quais se incluem todos os tipos de ditongos que podem ser tomados para análise.

De acordo com os dados vislumbrados nos conjuntos I-V, Gonçalves & Costa classificam os ditongos em ‘legítimos’ e ‘ilegítimos’, com base no seu *status* fonêmico e na sua recorrência no léxico. Tal proposta não é, por assim dizer, inovadora. Sugere, apenas, uma releitura da análise de Bisol por não considerar, em alguns casos, a vogal simples como elemento subjacente.² Ditongos legítimos são os que possuem uma sílaba pesada, visto que a rima é constituída de núcleo (vogal) e coda (semivogal), podendo a coda aparecer ou não na estrutura superficial (conjuntos I e V). Seu cancelamento, entretanto, é condicionado por fatores fonológicos

I. Ditongos invariáveis	baita peito céu viu lençol azul colcha	[ˈbaytə] [ˈpeytu] [ˈsɛw] [ˈviw] [lɛ̃ˈsɔw] [aˈzuw] [ˈkowʃɐ]
II. Desenvolvimento de glide epentético diante de fricativa em fim de palavra	dez arroz pus três	[ˈdɛyʃ] [aˈhoyʃ] [ˈpuɣʃ] [ˈtrɛyʃ]
III. Desenvolvimento de glide em vocábulos terminados em nasal	homem também bombom falam	[ˈõmẽỹ] [tãˈbẽỹ] [bõw̃ˈbõw̃] [ˈfalãw̃]
IV. Desenvolvimento de glide em vocábulos terminados em hiato	boa coa Léa idéia	[ˈbowɐ] [ˈkowɐ] [ˈlɛyɐ] [iˈdɛyɐ]
V. Ditongos variáveis	roubo feira peixe baixo restaurante	[ˈhobu ~ ˈhowbu] [ˈferɐ ~ ˈfeyrɐ] [ˈpeʃi ~ ˈpeyʃi] [baʃu ~ bayʃu] [heʃtoˈrãtʃi] ~ [reʃtawˈrãtʃi]

Quadro 1– Ditongos decrescentes a considerar na análise

e não-fonológicos (cf., por exemplo, Paiva, 1986, Paladino Neto, 1990, Vianna da Silva et alii, 1995, Assis Veado, 1983). Ditongos ilegítimos, diferentemente, são aqueles que surgem, na estrutura

superficial, através de regras fonológicas (pós-lexicais, levando em conta o modelo de Mohanan, 1986) de inserção de *glide*, em contextos bem delimitados. Nesse sentido, consideram-se ditongos ilegítimos os casos a que Câmara Jr. (1975) chama de semiditongos.

Os ditongos ilegítimos são aqueles em que um [y] e um [w] assilábicos são inseridos nas seguintes condições: (a) entre vogais, para desfazer hiatos em final de palavras, como em ‘coa’ ([ˈkɔwɐ]) e ‘idéia’³ ([iˈdejɐ]), por exemplo; (b) entre vogal e consoante fricativa palatal, como em ‘mês’ ([ˈmɛjʃ]); e (c) entre vogal e travamento consonântico nasal em final de palavras (isto no dialeto carioca), como em ‘homem’ ([ˈõmẽỹ]). Interessante ressaltar que a vogal assilábica introduzida em (a) e (c) é homorgânica da vogal precedente, haja vista que [y] aparece categoricamente após vogais [- recuada] e [w] invariavelmente após vogais [+ recuada].

Para os ditongos legítimos, admite-se uma interpretação oposta à dada aos ilegítimos. Enquanto nos ilegítimos opera uma regra de inserção, nos legítimos considera-se haver cancelamento de [y] e de [w]. Em português, existem treze ditongos decrescentes (Quadro 2). Desses, somente quatro alternam com vogais simples; [ay], [aw], [ow] e [ey], sendo o cancelamento de *glide* mais freqüente nos dois últimos.

ditongo com semivogal [- recuada]	exemplos	ditongo com semivogal [+ recuada]	exemplos
[ay]	‘baixo’	[aw]	‘flauta’
[ɛy]	‘platéia’	[ɛw]	‘chapéu’
[ey]	‘feira’	[ew]	‘comeu’
—	—	[iw]	‘viu’
[ɔy]	‘lençóis’	[ɔw]	‘sol’
[oy]	‘boi’	[ow]	‘louça’
[uy]	‘flui’	[uw]	‘último’

Quadro 2 – Ditongos decrescentes do português

Não considerarei a vogal simples [o], que alterna com o ditongo [aw] (como em ‘restaurante’ – [heʃto’râtʃi] e ‘Aurora’ – [o’rɔra]) como resultante de uma regra de cancelamento de semivogal. Opera aí um fenômeno de metaplasmo, no qual [aw] passa a [o]. Além disso, as formas com vogais simples se restringem à fala coloquial não-tensa, ao passo que os outros casos de alternância independem do tipo de registro. A redução do ditongo, nesses dados, é mais estigmatizada que as demais.⁴ Embora não trate dessa alternância neste artigo, acredito que ela implica uma pedagogia voltada para a fala e para a escrita (cf. seção 1), haja vista o valor social negativo impresso às variantes não-padrão.

Os ambientes que condicionam o cancelamento das semivogais dos ditongos [ay], [ey] e [ow] formam um *continuum* com relação ao alcance das restrições em que a regra atua – de contextos mais específicos a contextos menos específicos. Assim, o cancelamento da semivogal do ditongo [ay] opera em um único contexto, qual seja, diante de consoante fricativa pós-alveolar surda ([ʃ]), como em ‘baixo’. No caso de [ey], verifica-se que a queda também se dá quando a semivogal aparece precedida por outras consoantes, como [r] (‘engenheiro’, ‘beira’) e [g] (‘manteiga’), por exemplo. Finalmente, [w], de [ow], pode ser eliminado diante de qualquer consoante, mantendo-se apenas nas formas em que a lateral alveolar se vocaliza, como em ‘gol’ e ‘soltar’.⁵ O cancelamento de [w] pode ocorrer, ainda, em final de palavras, como em ‘vou’ ([‘vo]) (o que não acontece com [ay] e [ey]⁶). Há, pois, um processo geral de redução de [ow] a [o], desaparecendo, assim, a distinção entre itens léxicos como ‘poupa’ (do verbo ‘poupar’) e ‘popa’ (substantivo).

Considero a redução de semivogal [+recuada] um processo de mudança em curso já em franco estágio de consumação no Português do Brasil, resistindo, porém, nos nomes próprios (cf. ‘Douglas’) e em situações de formalidade muito alta (cf. Assis Veado, 1983). Nesse sentido, acredito ser relevante um estudo sobre Difusão Lexical (cf. Wang, 1969), tendo por base a evidência de que a inovação não atinge todo o léxico de forma regular e sistemática.

Nomes próprios, como ‘Douglas’ e ‘Moura’, de um lado, e ‘Meira’ e ‘Seixas’, de outro, são pouco afetados ou atingidos em proporção sem sombra de dúvida menor que os nomes comuns.

3. ABORDAGENS VARIACIONISTAS SOBRE OS DITONGOS DECRESCENTES

O cancelamento de *glide* nos ditongos decrescentes tem sido tema de diversos trabalhos, que, sob perspectivas teóricas diversas, buscam explicá-lo. Vimos, na seção 2, que é possível, com base nos pressupostos teóricos da fonologia autosegmental e da geometria dos traços (Goldsmith, 1976; Clements, 1991), distinguir dois tipos de ditongos, conforme fizeram Bisol (1989, 1992 e 1994) e Gonçalves & Costa (1995 e no prelo). Nesta seção, meu objetivo principal é analisar propostas variacionistas de interpretação para os ditongos, de uma forma geral, e para os ditongos decrescentes, mais especificamente, a fim de converter em exercícios práticos os dados advindos da pesquisa variacionista.

Andrade (1986), analisando o fenômeno em Sergipe, procurou estabelecer os contextos fônicos que determinassem ou desfavorecessem cada uma das variantes (zero ou [y, w]). Da mesma forma, Assis Veado (1983), tomando por base o dialeto mineiro, visa a explicar o fenômeno como regra variável, buscando mostrar que a redução é condicionada por fatores lingüísticos e extralingüísticos. Na cidade do Rio de Janeiro, Paiva (1986) e Paladino Neto (1990) aplicaram o modelo de análise quantitativa de William Labov (1972) ao estudo da supressão dos segmentos [y] e [w] nos ditongos decrescentes, utilizando, respectivamente, a Amostra Censo (falantes não-universitários) e a Amostra NURC (universitários). Vianna da Silva et alii (1995) também seguem a orientação laboviana para mostrar que a alternância entre presença e ausência de semivogal nos referidos ditongos tem *status* de variável lingüística no dialeto dos pescadores da região norte-fluminense, não podendo, pois, ser explicada por regras estruturais categoriais.

Partirei dos trabalhos acima mencionados, com o intuito de descrever as variáveis que mais se mostraram relevantes para o fenômeno. Vale mencionar que em todos os trabalhos o foco de atenção incidiu sobre os ditongos decrescentes,⁷ muito embora haja variação também nos ditongos crescentes ('polícia' ~ 'poliça'; 'armário' ~ 'armaru'). Sobre esses ditongos, os únicos trabalhos de que temos notícia são os de Lemle (1978) e de Couto (1995).

No que diz respeito ao grau de estigmatização das formas, parece haver uma diferença bastante acentuada entre a variação dos ditongos crescentes e dos ditongos decrescentes. Os primeiros são sensivelmente notados como característicos de uma fala mais coloquial, menos comprometida com a norma culta da língua, marcadora, portanto, de uma classe sócio-cultural menos prestigiada. Os últimos, diferentemente, são característicos de qualquer classe social. Segundo Lemle (1978), a supressão das semivogais nesse tipo de ditongo já avançou tanto que deixou de ser percebida como marca lingüística de fala não-padrão no Rio de Janeiro.

Neste artigo, analiso a supressão de *glide* somente nos ditongos decrescentes, em vista de nenhuma pesquisa mais exaustiva ter sido feita para os crescentes, no escopo da Teoria da Variação Sociolingüística.

Dos treze ditongos decrescentes existentes em português (cf. Quadro 2), somente quatro, conforme vimos, são passíveis de redução – [ay] ('bafu'), [ey] ('fêra'), [ow] ('mandô') e [aw] ('restorante'). Desses, somente os três primeiros foram trabalhados nos estudos sociolingüísticos aqui referidos. De uma forma geral, os autores explicam as reduções separadamente, uma vez que, em termos estruturais, os contextos de aplicação das regras são diferentes. A redução de [ey] > [e], por exemplo, é menos geral em termos de contexto fonético e, contrariamente ao [ow], nem todas as ocorrências são passíveis de redução. No caso de [ey], tanto há ambientes estruturais favorecedores, quanto ambientes bloqueadores. Parece haver, entre os três ditongos acima referidos, uma gradação quanto aos ambientes em que a regra atua (de contextos menos restritos a contextos mais restritos):

[ow] >> [ey] >> [ay]

Em termos não-estruturais, pode-se afirmar que a redução do *glide* nesses ditongos não atua nem como marcador de classe social, nem de idade, nem de sexo, ou seja, falantes de classe social alta ou baixa, adultos e jovens, homens e mulheres reduzem o ditongo quase categoricamente (numa proporção de 86% no Rio de Janeiro e em Sergipe e de 82% em Belo Horizonte).

Os trabalhos que tomo como referência para esta investigação evidenciam pouca atuação de fatores extralingüísticos (exceção feita ao de Paiva, 1986, e ao de Assis Veado, 1983). Pode-se dizer, assim, que o processo opera dentro de determinadas restrições estruturais, ou seja, por meio de variáveis que condicionam, em maior ou menor grau, a supressão da semivogal. Ao que parece, essas variáveis são basicamente lingüísticas, o que torna o fenômeno sistêmico e pouco influenciado por fatores externos.

Assis Veado (1983) admite que o fenômeno é *índice de interação social na comunidade* (p.209), visto que *uma situação de fala marcada pelos traços [+ coloquial] e [+ casual] tem peso decisivo na produção das variáveis (o) e (e)* (p.209). A autora distingue três tipos de situações de fala – (a) fala casual; (b) noticiários; e (c) leitura de sentenças e de palavras – e verifica que a redução do ditongo tem mais chance de ocorrer no estilo casual (99%). Nos demais estilos, embora haja tendência bastante clara à supressão, o cancelamento de [y] e de [w] atinge percentuais menores (66% para noticiários, 39% para leitura de sentenças e 28% para leitura de palavras). Apesar de chegar a esses percentuais, Assis Veado (p.226) pondera que

nas realizações de fala mais cuidada, a simplificação é liderada pelo (o), mas tanto o (o) como o (e) apresentam um alto índice de redução, o que nos impede de dizer que esta seja marcadora de fala casual, em oposição à ditongação, que seria marcadora de fala cuidada. O que podemos dizer é que os contextos de fala casual favorecem semicategorialmente a redução e os contextos mais formais favorecem menos.

A autora admite, assim, que a questão parece ser de grau, uma vez que a redução do ditongo ocorre, mesmo que em proporções diferentes, em todos os estilos de fala que analisou.

Como salientei acima, o trabalho de Paiva (1986) foi o único que acenou para a relevância de um fator extralingüístico *stricto sensu*: a variável ‘nível de escolarização’. As probabilidades mais altas para redução do ditongo apareceram associadas ao nível de escolaridade mais baixo (antigo primário), decrescendo ligeiramente entre os adultos e mais acentuadamente entre as crianças. Paiva (p.174) salienta, ainda, que há *uma diferença maior entre os falantes adultos de nível colegial e os dos outros níveis, enquanto que, entre as crianças, esta diferença se dá entre as quatro primeiras e as quatro últimas séries*. Confira-se, na Tabela 1, os resultados de Paiva (1986) para essa variável:

variável	apl/total	%	prob.
primário	200/216	94%	.99
ginásio	174/190	89%	.79
2º grau	186/205	83%	.56

Tabela 1 – Efeito da variável nível de escolarização (ditongos decrescentes em /ey/) no trabalho de Paiva (op. cit.)

Passo agora a relatar os resultados dos fatores lingüísticos descritos como os mais influentes na variação dos ditongos. Como há uma diferença bem nítida entre [ay] e [ey], de um lado, e [ow], de outro, começarei a descrever os ditongos com semivogal anterior. No que diz respeito ao ditongo [ay], pode-se dizer que o escopo da variação é mínimo, visto que a semivogal somente é cancelada quando precedida de [ʃ] (‘baxu’, ‘caxa’), como já frisei mais atrás.

Dentre as variáveis sistêmicas, as que mais se mostraram relevantes, em quase todos as pesquisas, foram as seguintes para

o ditongo [ey]: (a) contexto fônico seguinte; (b) tonicidade; e (c) estrutura interna da palavra. No que diz respeito à variável (a), os trabalhos tendem a distinguir os pontos e os modos de articulação dos segmentos seguintes (Paiva, 1986 e Vianna da Silva et alii, 1995 por exemplo). No primeiro grupo (modo de articulação), sobressaem as fricativas palatais surda e sonora ([ʃ] e [ʒ], respectivamente), da mesma forma que em [ay], como o elemento preponderante na eliminação da semivogal ('dexam', 'peixe'). O que parece haver aí é uma assimilação pelo traço [+ alto], característico tanto do *glide* quanto das consoantes palatais [ʃ] e [ʒ]. No modelo de Clements (1991), a organização dos segmentos em traços hierarquizados oferece elementos que permitem melhor interpretar a supressão do *glide* nos ditongos [ay] e [ey]. Ocorre, nesses casos, um fenômeno de assimilação por espraiamento do traço vocálico [coronal], característico tanto das consoantes complexas [ʃ] e [ʒ] quanto do *glide* frontal [y].

No grupo Modo de Articulação, o flape ([ɾ]) sobressai como segmento favorecedor do processo ('lesera', 'cansera').⁸ Contrariamente, as vogais parecem ser elementos que bloqueiam o apagamento do *glide*. Em dados como 'caseia', por exemplo, caso ocorresse a supressão da semivogal, formar-se-ia um hiato, estrutura que a língua portuguesa tende a evitar desde a fase arcaica. Vocábulos arcaicos, como 'cea', receberam, no curso de sua evolução, um [y] epentético para que, por meio da ditongação, se desfizessem os hiatos que apresentaram. A formação dos hiatos, portanto, está na direção oposta à deriva da língua e, por isso, os ditongos são mantidos nesse caso.

Quanto aos pontos e modos de articulação, outros segmentos atuam no sentido de preservar a forma antiga (ditongada), resistindo, portanto, à inovação (forma monotongada). Incluem-se, nessa lista, todas as consoantes oclusivas (dentais, labiais e guturais, exceção feita a [g], na palavra 'manteiga', unicamente) como elementos desfavorecedores da redução. Também as fricativas labiais e as consoantes laterais tendem a funcionar como "freios" para a inovação, resistindo,

desta forma, ao impulso inovador. Assim, a variação [ey ~ e] se restringe às fricativas palatais, à nasal labial ('temoso', 'quemado'), ao flape ('cadera'), e à nasal alveolar ('trenar').

Embora Paladino Neto (1990) e Paiva (1986) tenham considerado o fator tonicidade como relevante na supressão do elemento marginal dos ditongos, Assis Veado (1983) e Vianna da Silva et alii (1995) não o consideraram pertinente, visto que os resultados indicaram que a monotongação se dá independentemente de o ditongo situar-se em sílaba tônica ou átona. Nesse sentido, esses ditongos alternam com vogais simples, independentemente de sobre eles incidir o acento.

Paiva (1986:171) ressalta, ainda, a estrutura interna da palavra como elemento condicionador. Ela controlou a variável **Organização da Estrutura Morfológica do Vocábulo** e chegou aos seguintes números, que reproduzo na Tabela 2:

tipo de ditongo	supressão na raiz	supressão no sufixo
ay	135/300 = 42%	165/300 = 58%
ey	144/413 = 33%	169/413 = 67%

Tabela 2 – Redução de ditongo e estrutura interna da palavra
(Paiva, 1986: 19)

Apesar de chegar a resultados bastante positivos (Tabela 2), Paiva admite haver superposição com o fator **Contexto Fônico Seguinte**, decorrente do flape do sufixo -eiro ('verdurero', 'sapatero'),⁹ pois grande parte das ocorrências do flape se dá nesse ambiente mórfico. A autora afirma, então, que “a supressão, praticamente categórica de [y] do sufixo -eiro, é decorrente do ambiente fonético constituído pela consoante vibrante, cujo peso isoladamente é mais forte do que qualquer outra variável” (p.172).

Pelo que se observa, pode-se dizer que a variável de maior peso na supressão ou na retenção do *glide* do ditongo [ey] é **Contexto Fônico Seguinte**. Veja-se a distribuição dos contextos para o ditongos [ey] no Quadro 3:

ambiente	realização	exemplos
final de palavra	categoricamente [ey]	amei, lei, rei
diante de t, d	categoricamente [ey]	peito, peido
diante de f, v	categoricamente [ey]	ceifar, seiva
diante de l	categoricamente [ey]	leilão, Sheila
diante de vogal	semicategoricamente [ey]	feia, caseia
diante de ʃ, ʒ	semicategoricamente [e]	peixe, feção, bejo
diante de r	semicategoricamente [e]	fulero, bichero
diante de nasal	semicategoricamente [ey]	quemado, reino

Quadro 3 – Distribuição de [ey] nos contextos fônicos

Diferentemente da supressão de [y] em [ey] ou em [ay], o cancelamento de [w] em [ow] se dá independentemente de qualquer variável de natureza lingüística. Paiva (1986:175) admite que não há restrições estruturais à supressão desse segmento, uma vez que o ditongo [ow] “está perdendo sua realidade lingüística em favor da vogal simples (...), pois, segundo Naro (1973, p.69) a mudança de ou > o está quase completa em quase todos os dialetos do português, tanto brasileiros, quanto europeus” (p.176).

De fato, a redução da semivogal do ditongo [ow] se dá independentemente do ponto ou do modo de articulação do segmento seguinte. No que diz respeito à tonicidade do item lexical, parece que o ambiente tônico tende a favorecer mais a supressão, principalmente se o vocábulo for oxítono, muito embora esses ditongos sejam cancelados também em sílabas átonas.

Paiva (1986, op. cit.) controlou também a variável **Nível de Escolarização** para os ditongos com semivogal [+ recuada] e mostrou que

os resultados referentes à variável não autorizam a concluir sobre uma probabilidade maior de articulação do ditongo em falantes com maior nível de escolarização. Se, em termos percentuais, constata-se a irrelevância desse fator, em termos probabilísticos é atribuída ao nível primário (...) uma maior propensão à supressão de [w]. (...) Parece-nos, no entanto, que esse efeito positivo do baixo nível de escolarização pode dever-se ao acaso (p.176).

Assis Veado (1983:222) observou que a maior chance de ocorrer o ditongo [ow] está relacionada à leitura de palavras, visto que tanto no que ela denominou de “fala casual”, quanto no que chamou de “noticiário”, esses ditongos são quase categoricamente reduzidos a monotongos.

Como conclusão a esta parte da análise, pode-se dizer que, confrontando o comportamento dos ditongos com semivogais [+ recuada] e com semivogal [- recuada], observa-se o caráter de maior disseminação na supressão do primeiro. Vale dizer que, enquanto em [ow] há um fenômeno quase completamente sistematizado, em [ey] verifica-se tendência à maior estabilização (cf. Assis Veado, op. cit., e Paladino Neto, 1990).¹⁰

O cancelamento dos *glides* não se explica, pois, pelos mesmos condicionamentos, uma vez que o apagamento da semivogal [w] ocorre tendo por motivação apenas a estrutura interna do ditongo, ao passo que a supressão de [y] tem de olhar não só para a natureza da vogal-base mas também para o lado direito da cadeia sonora, buscando ali contexto inibidor ou favorecedor da sua articulação.

Na próxima seção, proponho, com base nos dados advindos dessas pesquisas sobre redução de *glides* nos ditongos decrescentes, alternativas para aplicação efetiva ao ensino, distinguindo, mais especificamente, duas situações a considerar no trabalho com os ditongos em classes de alfabetização.

4. OS DITONGOS NA SALA DE AULA: TESTAGEM

Nenhum dos trabalhos resenhados na seção anterior oferece uma proposta de aplicação efetiva ao ensino, muito embora Lemle

(1978: 70) mostre que há, nesse sentido, um interesse prático, além do interesse teórico:

(...) há um duplo interesse no desenvolvimento do estudo das mudanças em curso no que tange aos ditongos: o interesse teórico, de deslindar as interações de traços fonéticos que estão funcionando; e o interesse prático, de poder melhor estabelecer pontos previsivelmente problemáticos no processo de alfabetização, exatamente aqueles pontos em que *a ortografia está mais distanciada da produção fonética real dos aprendizes*. (Grifo meu).

Os resultados do trabalho de Paiva (1986) tendem a levar à conclusão de que um contato maior com a língua escrita implica a recolocação das semivogais, devido à sua existência gráfica, o que permite conjecturar haver aí mais um argumento a favor da interferência da língua escrita na língua oral.

Santos (1973), ao trabalhar com a percepção dos adolescentes do grau de estigmatização de determinadas variações lingüísticas, elencou, em seus testes de atitudes, a redução do *glide* nos ditongos decrescentes. E explica: solicitado a emitir julgamento sobre o *status* de variantes como [va'sora] ~ [va'sowra], de um lado, e [pe'dreru] ~ [pe'dreyru], de outro, o falante não se dá conta de diferenças entre as duas, atribuindo a ambas o mesmo valor (p.123). A conclusão a que se pode chegar é a seguinte: devido a seu caráter de entidade fonética nula, as semivogais desses ditongos constituem-se, portanto, em mais um caso de inadequação entre o sistema fônico e o sistema gráfico do português.

Ao que tudo indica, os problemas decorrentes da variação entre presença e ausência de semivogal nesse tipo de ditongo serão exclusivamente de natureza gráfica, sendo os resultados das pesquisas realizadas úteis, sobretudo, à alfabetização. Nesse sentido, caberá ao alfabetizador a tarefa de mostrar aos alunos que a pronúncia de um dado vocábulo nem sempre coincide com sua representação gráfica. No caso específico dos ditongos, creio ser possível, assim, partir das premissas esboçadas em Mollica (1995, seção 1), para formular exercícios. A meu ver, qualquer tentativa de aplicação dos

achados variacionistas sobre os ditongos ao ensino, em especial à alfabetização, deverá, primeiramente, reconhecer duas situações no que diz respeito à relação ditongo/escrita:

- a) casos em que há um perfeito “casamento monogâmico” entre fala e escrita, isto é, a grafia reproduz integralmente a pronúncia do vocábulo (inclui-se, nesse grupo, grande parte dos ditongos denominados de legítimos neste artigo, como, por exemplo, ‘andei’, ‘meu’ e ‘céu’), e
- b) casos nos quais escrita e fala divergem consideravelmente, uma vez que:
 1. ou a grafia do item lexical conserva o ditongo, muito embora ele não seja pronunciado em situações de fala distensa, como em ‘acabou’ e ‘feira’, entre outros;
 2. ou a grafia do item lexical não apresenta o ditongo, muito embora ele seja pronunciado categoricamente em determinadas regiões do país, principalmente no Município do Rio de Janeiro, como, por exemplo, em ‘voa’ ([‘vowa]) e ‘neném’ ([ne’nẽỹ]), entre inúmeros outros dados. Tais casos, Gonçalves & Costa (1995) denominam de ilegítimos, visto que surgem em contextos fonéticos específicos, conforme frisei na seção 2.

Com base nessa distinção, acredito que toda prática escolar voltada ao ensino dos encontros vocálicos ora estudados deverá partir, primeiramente, *dos casos mais prováveis* (cf. Mollica, 1995) de realização do ditongo, isto é, de situações nas quais há um verdadeiro “casamento monogâmico entre sons e letras” (cf. Lemle, 1988), visto que, como se sabe, o primeiro passo do alfabetizando na compreensão do sistema ortográfico é o entendimento de que cada letra representa um som e vice-versa (cf. Lemle, 1988: 22). Por essa razão, julgo necessário fornecer, num primeiro momento de trabalho com os ditongos em sala de aula, material de exercitação que não entre em contradição com a hipótese inicial do educando de que

há uma relação de um-para-um entre letras e sons (hipótese da monogamia – cf. Lemle, op. cit.: 29).

Dessa forma, no que diz respeito exclusivamente aos ditongos, acredito que dos princípios elaborados por Mollica (1995) o mais útil à confecção de material didático é o que postula partir-se *do mais provável para o menos provável*, ou seja, de situações de maior probabilidade para situações de menor probabilidade de emprego dos ditongos decrescentes.

Em segundo lugar, acredito que devam ser trabalhados os casos de ditongos surgidos em decorrência do contexto fonético (ditongos ilegítimos). Encontram-se nesse grupo, como vimos, os ditongos que surgem em final de palavras como ‘arroz’, ‘amém’ e ‘leoa’. Há, nesse grupo, a situação de “poligamia” entre letras e sons, pois trata-se de casos em que fala e escrita divergem consideravelmente. No entanto, eles podem ser encarados como de “poligamia com restrições de posição” (Lemle, 1988: 28).

Assim, é preciso levar o alfabetizando a observar que há palavras em que pronunciamos ditongos mas não os escrevemos. Exercícios sobre a situação de ditongos enfocada devem ser elaborados de modo a mostrar ao aluno que muitas discrepâncias entre fala e escrita não são aleatórias, mas dependentes do contexto, muitas das vezes. Segundo Lemle (1988: 29), a transição da primeira para a segunda etapa da alfabetização (monogamia e poligamia com restrições de posição) “é um passo de importância crucial na construção de conhecimento do alfabetizando a respeito do nosso sistema de escrita”.

Em último lugar, penso que devam ser enfocados os ditongos legítimos variáveis, em virtude de serem os casos de menor previsibilidade de articulação dos *glides*. Seria o caso de se trabalharem os quatro ditongos decrescentes passíveis de variação ([ey], [ay], [aw], e [ow]), situações de absoluta poligamia entre letra e som. Nesse sentido, proponho a seguinte ordem analítica na qual os ditongos decrescentes devam ser apresentados em sala de aula, de acordo com a maior ou com a menor previsibilidade de articulação:

***ditongos legítimos* >>> *ditongos ilegítimos* >>> *ditongos legítimos*
invariáveis *variáveis***

céu, lei, rei, peito, jeito também, amém, arroz, boa, dez pedreiro, sou, baixo

No que diz respeito especificamente aos ditongos legítimos variáveis, acredito que o princípio que postula partir *do mais provável para o menos provável* (Mollica, 1995) deve ser preservado, haja vista que podem ser trabalhadas, nesta ordem, as situações de variação nos ditongos [ey] e [ow] (Quadro 4), de acordo com o *status* morfológico do elemento que contém o ditongo, variável esta controlada por alguns dos trabalhos teóricos resenhados na seção anterior.

Tomo como ponto de referência, assim, a variável **posição do ditongo na estrutura morfológica do vocábulo**, que, embora não tenha exercido peso considerável na manutenção do *glide* (apesar de ter sido selecionada pelo VARBRUL 2s no trabalho de Paiva (1986)), pode ser útil à confecção de material didático. Acredito, dessa maneira, que o trabalho de aquisição dos ditongos na escrita deve partir dos vocábulos em que [ey] e [ow] apresentem conteúdo morfossemântico para, depois, investir nos casos em que esses ditongos sejam desprovidos de qualquer informação semântico-formal.

Estou certo de que vale a pena dedicar algum esforço em exercícios em que [ey] e [ow] sejam elementos morfológicos (ou pelo menos façam parte deles) pois, desse modo, o alfabetizando poderá reconhecê-lo nas palavras novas com que for se defrontando e, assim, certamente fixará a forma escrita. Foi com esse pensamento que se aplicou um teste em sala de aula com uma turma de primeira série do 1º grau de uma escola da rede pública de ensino, experimento este que passo agora a relatar.

O teste compreendeu dois momentos importantes. No primeiro, foi feito um rastreamento dos “erros” de ortografia decorrentes da não-utilização de uma pedagogia especificamente voltada para o trabalho com os ditongos. Essa etapa da experimentação foi baseada na leitura do livro ***O bichinho da maçã***, de

[ey]	[ow]
<p>1. palavras em que o ditongo [ey] encontra-se na posição de sufixo, distinguindo-se, ainda, os seguintes casos:</p> <p>a) sufixo -eiro de nomes de árvores, mais próximos do universo da criança ('coqueiro', 'mangueira');</p> <p>b) sufixo -eiro de nomes de profissões e ofícios ('jardineiro', 'copeiro');</p> <p>c) outros casos de sufixo -eiro;</p>	<p>1. palavras em que o ditongo [ow] expressa as noções de pessoa e de tempo, ou seja, é uma desinência número-pessoal ('amou', 'levou');</p>
<p>2. Palavras em que o ditongo [ey] se localiza na raiz. ('feira', 'beira');</p>	<p>2. palavras em que o ditongo [ow] se encontra na posição de sufixo ('bebedouro', 'matadouro');</p>
	<p>3. palavras em que o ditongo [ow] faz parte da raiz exclusivamente ('roupa', 'louça').</p>

Quadro 4 – Sequência para apresentação dos ditongos legítimos variáveis em sala de aula, levando-se em conta a variável **posição do ditongo na estrutura morfológica do vocábulo**

Ziraldó. Após “lerem” a estória com a professora e lingüista que aplicou o teste,¹¹ os alunos fizeram uma redação livre sobre o livro, uma espécie de resumo da estorinha que lhes fora contada. A análise dessas redações sobre ***O bichinho da maçã*** forneceu os seguintes resultados:

- a) cem por cento (100%) da turma teve problemas de grafia com algum tipo de ditongo, seja ele legítimo variável, como,

- por exemplo, ‘beja’, ‘bejô’, seja ele ilegítimo, como em ‘tãmbei’ e ‘boua’, seja ele crescente, como em ‘puliça’;
- b) no que diz respeito especificamente aos ditongos decrescentes com [ey] e com [ow], objetos de estudo deste artigo, constatou-se que em 91,8% houve supressão de semivogal na escrita, como em ‘falo’ (por ‘falou’) e ‘fera’ (por ‘feira’);
- c) os itens lexicais com redução de *glide* na escrita são os mesmos na fala;
- d) os ditongos legítimos invariáveis, como ‘rei’ e ‘acabei’, não constituíram problemas, como era de se esperar, na língua escrita, pois são grafados em 100% dos casos;
- e) os ditongos em [ow] formados pela vocalização da lateral palatal ([l]) são grafados na escrita, muito embora nunca escritos com **l**;¹²
- f) sem dúvida, as variáveis mais relevantes nesse teste, embora eu não tenha procedido a uma análise via programa computacional VARBRUL 2s, são as mesmas encontradas na fala, ou seja, **contexto fônico seguinte** e **tonicidade**.

Os resultados das variáveis controladas podem ser vistos nas Tabelas 3 e 5, para os ditongos com semivogal [- recuada], e nas Tabelas 4 e 6, para os ditongos decrescentes com semivogal [+ recuada]:

variável	aplicação/total	freqüência
sílaba tônica	27/31	89%
sílaba átona	25/27	95%

Tabela 3 – Atuação da variável **tonicidade** na redução do ditongo [ey] na língua escrita.

variável	aplicação/total	freqüência
sílaba tônica	46/46	100%
sílaba átona	65/73	89%

Tabela 4 – Atuação da variável **tonicidade** na redução do ditongo [ow] na língua escrita

variável	aplicação/total	freqüência
-r	22/22	100%
-ʃ	16/16	100%
-ʒ	8/9	88%
nasal	2/6	33%
oclusivas	não variaram	não variaram
demais fricativas	não variaram	não variaram
vogal	1/5	20%

Tabela 5 – Atuação da variável **contexto fônico seguinte** na redução do ditongo [ey] na língua escrita

variável	aplicação/total	freqüência
líquidas	35/37	96%
nasais	3/5	60%
oclusivas	17/20	90%
fricativas	16/17	94%
final de palavras	40/40	100%

Tabela 6 – Atuação da variável **contexto fônico seguinte** na redução do ditongo [ow] na língua escrita

De posse dos resultados advindos do primeiro teste em sala de aula, elaboraram-se dois exercícios, a fim de fazer com que os alunos escrevessem os ditongos legítimos variáveis trabalhados. Esse segundo experimento, entretanto, foi realizado em dois momentos.

Primeiramente, a alfabetizadora dividiu a turma em dois grupos, o que permitiu distinguir duas amostras, uma principal e outra de controle.¹³ A amostra principal foi constituída de treze alunos, os quais receberam os exercícios acompanhados de algumas instruções orais da professora, orientações estas que podem ser assim sumarizadas:¹⁴

1. para o ditongo [ey]

- a) vocês irão receber, agora, um exercício para completar, ao lado da fruta, o nome da árvore que produz esta fruta;
- b) percebam que de ‘banana’ a gente forma ‘bananeira’, acrescentando-se o pedacinho -eira, que significa “árvore que produz banana”;
- c) nessas palavras, a gente quase sempre não fala o **i**, mas ele é escrito porque indica o nome da árvore. Assim, a gente fala ‘bananera’, mas escreve ‘bananeira’.

2. para o ditongo [ow]

- a) vocês vão receber, agora, um exercício para completar a lacuna com a ação que foi praticada nas figuras;
- b) percebam que no primeiro quadrinho o “bichinho da maçã” está contando as piadinhas, ou seja, ele **conta** as piadas. No segundo quadrinho, o bichinho acabou de contar as piadas, ou seja, ele **contou** as piadas;
- c) o que fica diferente nos dois quadrinhos é somente a parte final da palavra. No primeiro, para indicar a ação que está acontecendo, a gente acrescenta só o **a** na palavra. No segundo, para indicar que a ação já aconteceu, a gente usa a partícula **ou**;
- d) nessas palavras que expressam o passado, a gente quase sempre não fala o **u**, mas ele tem que ser escrito porque ele indica quando a ação acontece e quem faz a ação. Assim, a gente fala ‘contô’, mas escreve ‘contou’.

Da aplicação dos exercícios, pode chegar aos seguintes resultados no que diz respeito especificamente ao uso do ditongo nos dois grupos analisados (amostra de controle e amostra principal).¹⁵ (Gráfico 1).

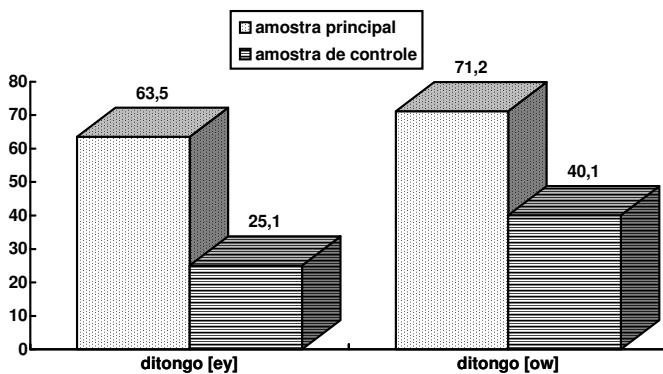


Gráfico 1 – Resultados da aplicação dos exercícios nas duas amostras, a principal e a de controle

Pelo Gráfico 1, observa-se que o grupo que recebeu as instruções (Amostra Principal) obteve percentuais de colocação de semivogal nos ditongos decrescentes consideravelmente mais elevados que aqueles que não receberam as instruções (Amostra de Controle).¹⁶ Nesse sentido, os exercícios propostos, ao lado das instruções orais dadas, tiveram relevância no emprego do ditongo na escrita, fato que evidencia a necessidade de se manter um bom intercâmbio entre a pesquisa teórica e a prática pedagógica. Gostaria de ressaltar, no entanto, que o trabalho para os ditongos [ey] e [ow] aqui apresentado só faz sentido se aplicado posteriormente a um trabalho previamente estabelecido com os ditongos legítimos variáveis e com os ditongos ilegítimos. Caso contrário, estaria em descompasso com as etapas de alfabetização advogadas por Lemle (1988). Esse exemplo de aplicação prática, portanto, constitui uma etapa já avançada no trabalho com os ditongos.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Desta primeira tentativa de aliar pesquisa sociolingüística teórica e prática pedagógica no que concerne ao ensino dos ditongos decrescentes, acredito que as três premissas definidas e defendidas por Mollica (1994, 1995 e no prelo) aplicam-se à aquisição dos ditongos na escrita. Assim, sugiro que todo trabalho com esses segmentos na alfabetização deva ser pautado nos seguintes princípios:

- a) ***ir do mais provável para o menos provável***, isto é, partir dos casos categóricos para os variáveis (partir dos casos mais prováveis de que o ditongo seja articulado);
- b) ***ir do mais freqüente para o menos freqüente***. No caso específico dos ditongos decrescentes, partir dos casos mais freqüentes de articulação dos ditongos constitui partir do mais provável. No entanto, tomando-se por base somente os ditongos variáveis, partir do mais freqüente significa caminhar ***dos casos mais sistemáticos*** (ditongos presentes em determinadas estruturas morfológicas, como sufixos e desinências) ***para os casos mais assistemáticos*** (ditongos localizados na raiz dos vocábulos).
- c) Ir da palavra para o som, ou seja, partir de estruturas maiores para estruturas menores, trabalhando as palavras com [ey] e [ow] em blocos organizados.

Como afirma Lemle (1978: 60),

um dos requisitos básicos imprescindíveis para o desenvolvimento de um ensino escolar de língua portuguesa de real utilidade para os aprendizes é uma atitude lícita diante do fenômeno da heterogeneidade dialetal por parte dos professores que, sem isto, ficam sem rumo em sua tarefa de fornecer o desenvolvimento e o disciplinamento da expressão espontânea do educando.

Lemle (1978) mostrou, ainda, que o caminho para tal lucidez requeria duas etapas: (a) a compreensão dos fatores que determinam cada

fenômeno de variação encontrado na língua; e (b) a aplicação imediata das evidências da pesquisa teórica ao ensino.

Hoje, cerca de vinte anos após o apelo de Lemle, creio que a primeira das etapas por ela aludidas está praticamente concluída, visto que somam-se incontáveis as pesquisas já realizadas sobre diversos fenômenos de variação no português do Brasil. Resta, ainda, atingir o objetivo (b) acima apontado. Penso que as diretrizes básicas já foram traçadas por Mollica (1994, 1995 e no prelo). Novas pesquisas, no entanto, devem ser realizadas para confirmar ou infirmar as premissas por ela esboçadas, visando, sempre que possível, a diminuir o hiato (já consideravelmente acentuado) existente entre a escola e a vida.

Cabe ressaltar, por fim, que a proposta ora apresentada pode (e deve!) perfeitamente ser conciliada com uma prática pedagógica que privilegie, desde as séries iniciais, a redação de porções discursivas maiores, como os textos. Penso, dessa forma, que a premissa 3 advogada por Mollica (*ir do texto para a sentença*) deve ser soberana sobre as demais e estar subjacente/implícita na elaboração de exercícios sobre qualquer fenômeno variável, independentemente da série trabalhada. Em outras palavras, acredito que será mais eficaz um trabalho que contemple, antes de mais nada, a produção de textos dos alunos. Os textos, além de constituírem contexto mais natural para a emergência de hipóteses dos próprios aprendizes, podem permitir ao educador um controle mais efetivo e, portanto, mais eficaz, acerca da própria estratégia pedagógica proposta.

NOTAS

¹ Esse Encontro culminou com a realização do “Simpósio Nacional sobre Pesquisa e Ensino da Língua: contribuições da Sociolinguística”, evento sediado na UFRJ, em 1995 (cf. Brandão & Oliveira, 1996).

² Na verdade, essa análise é, unicamente, uma releitura da análise de Bisol (ops. cits.), visto que a tônica das abordagens é, rigorosamente, a mesma.

³ Evidência favorável à hipótese de Gonçalves & Costa (op. cit.) está na derivação de ‘idéia’ (‘idealizar), sem o *glide* epentético.

⁴ Maiores detalhes sobre a atuação de parâmetros lingüísticos e sociais na variação ora em foco, são tratados em Gonçalves & Costa (no prelo).

⁵ Em dados como ‘último’ e ‘Fúlvio’, entretanto, constata-se a supressão, em decorrência de o segmento precedente ser homorgânico da semivogal.

⁶ Pelo menos com tanta freqüência. Muito embora a supressão de *glide* ocorra em itens lexicais como ‘hockey’, como bem lembraram os pareceristas da Revista de Estudos da Linguagem, cujas sugestões, sempre pertinentes, agradeço.

⁷ Todos os trabalhos aqui mencionados partem do pressuposto de que ocorre “redução” ou “cancelamento de *glide*” nos ditongos. Nesse sentido, assumem, implicitamente, a posição de que o elemento-base é o ditongo e não a vogal simples.

⁸ Palladino Neto (1990: 19) mostra que a “redução” da semivogal nos referidos ditongos teve início, já no século XIII, diante de flapes.

⁹ Cerca de 80% dos dados de sufixo envolvem casos de -eiro (‘sapateiro’) ou de -ouro (‘bebedouro’, ‘logradouro’), conforme resultados de Paiva (1986).

¹⁰ Naro (1973) mostra que o que existe no cancelamento de *glide* nos referidos ditongos é um fenômeno de mudança em curso pois, ao analisar textos do século XIII ao século XX, verificou tendência gradual ao apagamento do *glide*, no decorrer dos anos (cf. p.136).

¹¹ Aproveito a oportunidade para agradecer à profa. Ivone da Silva Rabello, alfabetizadora responsável pela turma, pela aplicação dos testes e pelas indicações referentes à classe de alfabetização com que trabalhei nessa pesquisa-piloto.

¹² Não foram grafados os ditongos formados pela vocalização da lateral palatal das seguintes palavras:

‘último’ (*utimo*);

‘colcha’ (*coxa*);

‘pulso’ (*pusu*).

¹³ Infelizmente, a divisão dos grupos foi feita levando-se em consideração o rendimento dos alunos. A amostra principal é constituída, segundo a alfabetizadora, pelos “melhores alunos da turma”.

¹⁴ O teste com o ditongo [ey] foi constituído de sete nomes de frutas, acompanhados das respectivas figuras, através das quais solicitou-se a escrita do nome da árvore correspondente. O teste com o ditongo [ow] foi composto de seis figuras nas quais representavam-se ações em processo (1º. quadrado) e ações concluídas (2º. quadrado). Solicitou-se aos alunos que escrevessem o que os personagens da estória estavam fazendo, ou seja, que completassem a lacuna com o verbo correspondente.

¹⁵ Os índices de aplicação da regra são os seguintes:

ditongo [ey]: amostra principal - 60/91 e amostra de controle - 19/77

ditongo [ow]: amostra principal - 56/78 e amostra de controle - 27/66.

¹⁶ É possível que a taxa de redução de *glide* na amostra principal, ainda alta, seja explicada por meio da difusão lexical. No caso do ditongo [ow], as maiores percentagens de redução incidiram nos itens lexicais ‘viajou’ e ‘imaginou’, os de maior formalidade nos exercícios (cerca de 60% de redução de [w]).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Jacira Motta. Supressão de semivogal nos ditongos decrescentes. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Fortaleza, 4 (1): 19-29, 1986.
- ASSIS VEADO, Rosa Maria. Redução de ditongos: uma regra variável. *Ensaio de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 7 (1): 215-34, 1983.
- BISOL, Leda. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, 5 (2): 185-224, 1989.
- . Aspectos da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, 8 (2): 263-84, 1992.
- . Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, 10 (2): 123-40, 1994.
- BORTONI, Stella Maris. Problemas de comunicação interdialeto. *Sociolingüística e ensino de vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 9-32, 1983.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & OLIVEIRA, Maria Thereza Indiani de, orgs. Pesquisa & Ensino da Língua: contribuições da Sociolingüística. *Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolingüística da ANPOLL*. Rio de Janeiro: Timing Editora/UFRJ/CNPq, 1996.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1975.

- CLEMENTS, G. N. *The geometry of phonological features*. Phonology Yearbook 2, 225-52, 1991.
- COUTO, Hildo Honório do. Ditongos crescentes e ambissilabidade em português. In: BISOL, L. (org.). *Fonologia: análises não-lineares*. Letras de Hoje. Porto Alegre: UFRS, 29 (4): 129-42, 1995.
- GOLDSMITH, John (1976). *Autosegmental phonology*. Oxford: Basil Blackwell.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. Lingüística Textual em exercícios. *Linha D'Água*. Ensino de Língua e Literatura em Debate. São Paulo: APLL/USP-DLCV, 10 (1): 61-72, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre V. & COSTA, Raquel Roamnkevicius. Sobre a interpretação fonológica dos ditongos em português. IN: GONÇALVES, C. A. & RONCARATI, C. (orgs.). *Anais do V Congresso da ASSEL-Rio*. Rio de Janeiro: UFF, (1): 112-21, 1995.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre V. & COSTA, Raquel Roamnkevicius (no prelo). Ditongos legítimos e ilegítimos em português. *Expressão*. Revista do Departamento de Letras da UFPI. Teresina: UFPI, inédito.
- LABOV, William. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. *Language*, 45: 715-62, 1966.
- LABOV, William. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEMLE, Mirian. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Sociolingüística e ensino de vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- . *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOHANAN, K. P. *The theory of lexical phonology*. Dordrecht: Reidel Publishing Co, 1986.
- MOLLICA, Maria Cecília & QUENTAL, Violeta. *A vírgula como reflexo da pausa e da entonação entre sujeito e verbo*. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Lingüística da PUC/RJ. Rio de Janeiro: PUC, 1984. 8 p. mimeo.
- MOLLICA, Maria Cecília. Heterogeneidade lingüística: implicações e conseqüências para a educação. *Lingüística e ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Vitae, 1994.
- MOLLICA, Maria Cecília. Aplicação pedagógica de estudos variacionistas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo & MOLLICA, Ma. Cecília (orgs.). *Espaços e interfaces da Lingüística e da Lingüística Aplicada*. Cadernos Didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- (no prelo). *Variação e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 5 p. mimeo.
- NARO, Anthony Julius. *Estudos Diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.

- NARO, Anthony Julius. *Linguística e educação*. Comunicação apresentada ao Seminário realizado pelo INEP em novembro de 1993. Mimeo.
- PAIVA, M. da C. Atuação de variáveis sociais na supressão da semivogal nos ditongos. *Subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação*. Relatório final. 33 p., mimeo, 1986.
- PALADINO NETO, Luiz. *Ditongos: uma regra variável*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 1990. 25 p. mimeo.
- SANTOS, Emmanoel dos. *O adolescente e a percepção do valor de variantes linguísticas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, mimeo, 1973.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pesquisa e ensino: modelos de análise em debate – o modelo variacionista. In: BRANDÃO, S. & OLIVEIRA, M. T. (orgs.). Pesquisa e ensino da língua: contribuições da Sociolinguística. *Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL*. Rio de Janeiro: Timing Editora/UFRJ/CNPq, 1996, p. 43-78.
- VIANNA da SILVA, Edila et alii. Ditongos: sua redução no dialeto dos pescadores da região Norte-fluminense. *Anais do IV ASSEL-RIO*. Niterói: UFF, no prelo.
- WANG, Willian. Competing changes as a cause of residue. *Language* 45, (1): 9-25, 1969.